



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DRI

Telefone: (35) 3829-1858 – E-mail: dri@ufla.br

**ACORDO DE COOPERAÇÃO
 ACADÊMICA INTERNACIONAL
 Nº ____/20__ - UFLA, QUE ENTRE
 SI CELEBRAM A
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE
 LAVRAS E A UNIVERSIDAD DE
 LA REPÚBLICA, NA FORMA
 ABAIXO:**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, Brasil, no *Campus* Universitário, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, doravante denominada **UFLA**, neste ato representada por seu Diretor de Relações Internacionais, Professor **ANTONIO CHALFUN JÚNIOR**, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED], emitida pela SSP/MG e do CPF [REDACTED], no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/Reitoria nº 370, de 11/04/14, e, de outro lado, a **UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA**, com sede na cidade de Montevideu, Uruguai, na Av. 18 de Julio 1968, doravante denominada **UDELAR**, neste ato representada(o) por seu Reitor, **RODRIGO ARIM IHLENFELD**, portador da cédula de identidade [REDACTED], expedida pela Direção Nacional de Identificação Civil, que delega para este ato o poder de assinatura ao presidente do Serviço de Relações Internacionais, **ÁLVARO RICO**, segundo a resolução 1008/2020 de 27 de outubro de 2020, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL**, que será regido, no que couber, pela Lei nº 8.666/93, pelas demais normas legais pertinentes à matéria, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto o estabelecimento de parceria internacional com o escopo de promover o intercâmbio de discentes, de caráter amplo, em nível de graduação e de pós-graduação, e o intercâmbio de docentes, pesquisadores e técnicos administrativos, entre a **UFLA** e a **UDELAR**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – No intuito de alcançar o objeto de que trata o *caput* da presente cláusula, as partícipes cumprirão o Plano de Trabalho, anexo a este Instrumento, elaborado de acordo com o disposto na legislação vigente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Para os fins do presente Acordo, entender-se-á por instituição anfitriã a partícipe que receber discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos para intercâmbio dentro do escopo do





presente Instrumento; e por instituição de origem a partícipe da qual o discente, docente, pesquisador ou técnico administrativo, participante do programa de intercâmbio, fizer parte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

As partícipes concordam em promover intercâmbios entre discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos das respectivas instituições, oportunidade em que estes cumprirão as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– As partícipes, enquanto instituição anfitriã, deverão enviar ao órgão apropriado da instituição de origem, ao final da estada do discente, documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– A partícipes se comprometem a promover a integração dos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos na vida acadêmica da instituição anfitriã, bem como a prover apoio, por meio de suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais, incluindo auxílio na procura de moradia, orientação e apoio acadêmico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INTERCÂMBIO DE DISCENTES

Os discentes serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios dessa instituição, e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– Os discentes pagarão todas as taxas de matrícula e mensalidade na sua instituição de origem, não sendo cobradas taxas, de qualquer ordem, na instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– O pagamento de qualquer outra atividade que não seja um curso regular oferecido pela instituição anfitriã será de responsabilidade do próprio discente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Os discentes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem e à alimentação, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por outros gastos com subsistência.

SUBCLÁUSULA QUARTA– Os discentes deverão submeter-se aos regulamentos e demais procedimentos acadêmicos existentes na instituição anfitriã.





SUBCLÁUSULA QUINTA - Inicialmente, o número de estudantes será decidido de comum acordo entre as duas instituições, ao início de cada período letivo.

SUBCLÁUSULA SEXTA- É vedado o intercâmbio aos estudantes de graduação da UFLA que:

- a) Não tenham concluído, pelo menos, 10% da carga horária total de sua matriz curricular;
- b) Estiverem em estágio curricular obrigatório; e
- c) Estiverem matriculados no último semestre letivo, quando este significar o cumprimento do tempo máximo de integralização.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Anualmente, as partícipes definirão os aspectos do intercâmbio, tais como áreas, cursos, períodos acadêmicos, entre outros, por meio de Plano de Trabalho específico.

SUBCLÁUSULA OITAVA - Os discentes deverão possuir um seguro saúde com cobertura total, válido pelo período de estudos no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação desse seguro será dos próprios discentes.

SUBCLÁUSULA NONA - Os discentes deverão ter o visto apropriado, válido pelo período de estudos no país anfitrião.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - As partícipes, enquanto instituição de origem, reconhecerão os resultados acadêmicos obtidos pelo discente na instituição anfitriã, com base em plano de trabalho previamente acordado entre as partícipes e em seus créditos e/ou carga horária.

CLÁUSULA QUARTA – DO INTERCÂMBIO DE DOCENTES, PESQUISADORES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos interessados em participar do intercâmbio de que trata a presente Cláusula serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios por ela estabelecidos e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– O intercâmbio de docentes, pesquisadores e técnicos administrativos será realizado em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho específico, anexo ao presente Instrumento, definido de comum acordo entre as partícipes, contendo as atividades, os períodos, o financiamento, a coordenação, entre outros aspectos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos participantes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por seus gastos com subsistência, a menos que esses gastos estejam incluídos em bolsa concedida nos termos da legislação vigente.





SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos deverão possuir seguro-saúde com cobertura total, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação do seguro será dos próprios docentes, pesquisadores e técnicos administrativos.

SUBCLÁUSULA QUARTA– Os professores, pesquisadores e técnicos administrativos devem possuir visto apropriado, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A instituição anfitriã não assumirá responsabilidade civil, judicial ou extrajudicial em relação a nenhum evento danoso que possam sofrer os discentes, docentes, pesquisadores e/ou técnicos administrativos, que participem dos programas de intercâmbio, sejam esses delitos, contravenções, acidentes ou enfermidades de qualquer natureza.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A responsabilidade civil prevista como resultado de delitos ou fatos danosos ou culposos que possam ser cometidos por servidores ou funcionários da instituição anfitriã, não será alcançada pela exclusão de responsabilidade prevista no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUPERVISÃO

As partícipes designarão suas respectivas escritórios de relações internacionais como supervisoras das atividades resultantes do presente Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA COORDENAÇÃO

No âmbito da **UFLA**, a coordenação executiva e administrativa do intercâmbio de discentes da graduação caberá à Diretoria de Relações Internacionais e a coordenação acadêmica caberá a um docente da **UFLA**, especificamente designado. No âmbito da **UDELAR**, a coordenação do intercâmbio de discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos caberá ao Serviço de Relações Internacionais-Departamento de Mobilidade.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Toda e qualquer questão derivada da aplicação e da interpretação deste Instrumento, será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos respectivos coordenadores, que deverão enviar esforços para superar as diferenças suscitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo, inclusive o direito de exploração econômica de obras





científicas ou literárias, resultantes das ações desenvolvidas no âmbito do presente Acordo serão objeto de instrumento específico, observando-se em qualquer caso, as normas jurídicas aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Instrumento não implica compromissos financeiros entre as partes. O pagamento dos custos inerentes às atividades eventualmente acordadas correrá por conta de cada uma das partes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – É vedada a indenização de uma parte à outra, bem como a transferência de recursos financeiros entre si.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RECIPROCIDADE

Cada parte oferecerá aos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos que a visitem, um tratamento similar ao dos próprios, tornando possível o acesso aos serviços necessários e reconhecendo os estudos realizados na outra Instituição, nos limites da legislação em vigor em ambos os países.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento é de 5 anos, a contar da data de sua última assinatura, podendo ser prorrogado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do vencimento, mediante celebração de termo aditivo, por novo acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a formalização de um instrumento jurídico específico pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA

Qualquer das partes poderá denunciar o presente Instrumento, a qualquer tempo e independentemente de justo motivo, desde que comunique a outra a sua intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, fazendo jus aos benefícios ou vantagens até então auferidas e arcando com as responsabilidades das obrigações assumidas durante a respectiva vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Constitui motivo para a rescisão deste Acordo de Cooperação Internacional o inadimplemento de quaisquer das cláusulas aqui pactuadas.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partícipes, podendo ser firmados, se necessário, termos aditivos que farão parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

Caberá à **UFLA** proceder à publicação do extrato do presente Instrumento no *Diário Oficial* da União, no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, bem como em seu Boletim Interno.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A UDELAR dará publicidade ao presente Instrumento de acordo com as leis do Uruguai.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente acordo, as partícipes envidarão esforços na busca de uma solução consensual.

Não sendo possível, as convenientes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física especialista em solução amigável de conflitos internacional, para atuar como mediador e dirimir as controvérsias com base na legislação de ambos países envolvidos. É acordado que o lugar de evento do litígio ou, havendo obrigação a ser cumprida, o lugar de seu cumprimento, definirá o direito aplicado e o tribunal competente.

E, assim, por estarem justas e acordes, as partícipes assinam o presente Instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, sendo duas vias na língua portuguesa e duas em espanhol, para os mesmos efeitos legais, na presença de duas testemunhas instrumentárias abaixo subscritas.

p/ UFLA

Lavras, Brasil, 20 de outubro de 2021

Antonio Chalfun Júnior
Diretor de Relações Internacionais

p/ UDELAR

Montevideu, Uruguai,

ALVARO
HUGO RICO
FERNANDEZ
Firmado digitalmente
por ALVARO HUGO
RICO FERNANDEZ
Fecha: 2021.09.06
14:40:52 -03'00'

Álvaro Rico
Presidente do Serviço de
Relações Internacionais



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DRI

Telefone: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

TESTEMUNHAS:



Nome: Noelly Alves Lopes

Documento: [REDACTED]



Nome: Pedro Ivo Diniz

Documento: [REDACTED]



UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI
Fono (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

**ACUERDO DE COOPERACIÓN
ACADÉMICA INTERNACIONAL N°.
___ / 20___ - UFLA, QUE FIRMAN
ENTRE SÍ LA UNIVERSIDAD
FEDERAL DE LAVRAS Y LA
UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA
COMO SIGUE:**

Por el presente Instrumento y en la mejor forma de la ley, por una parte, la **UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS**, persona jurídica de derecho público, autarquía especial miembro de la Administración Indirecta de la Unión, creada por la Ley n° 8.956, del 15 de diciembre de 1994, vinculada al Ministerio de Educación, con sede en la ciudad de Lavras, Minas Gerais, Brasil en el Campus Universitario, inscrita en el CNPJ/MF bajo el n° 22.078.679/0001-74, en adelante denominada **UFLA**, representada en este acto por su Director de Relaciones Internacionales, Profesor **ANTONIO CHALFUN JÚNIOR**, portador de la Cédula de Identidad n° [REDACTED], expedida por la SSP/MG y del CPF [REDACTED], en el uso de las facultades que le fueron delegadas por la Ordenanza/Rectoría n° 370, del 11/04/2014, y, por otro lado, la **UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA**, con sede en la ciudad de Montevideo, Uruguay, en la Av. 18 de Julio 1968, en adelante denominada **UDELAR**, representada en este acto por su Rector, **RODRIGO ARIM IHLENFELD**, portador de la cédula de identidad n° [REDACTED], expedida por la Dirección Nacional de Identificación Civil, quien delega para este acto la firma en el presidente del Servicio de Relaciones Internacionales, **ÁLVARO RICO**, según resolución 1008/2020 de fecha 27 de octubre de 2020, resuelven celebrar este **ACUERDO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA INTERNACIONAL**, el cual se registrá por la Ley n° 9.394/1996, artículo 53, fracción VII, y, en su caso, por la Ley n° 8.666/93, por las demás normas jurídicas relativas a la materia, y en las cláusulas y condiciones que se exponen a continuación:

CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO

El presente Acuerdo tiene por objeto el establecimiento de una alianza internacional con el objetivo de promover el intercambio de estudiantes, de carácter amplio, a nivel de grado y posgrado, y el intercambio de profesores, investigadores y técnicos administrativos, entre la **UFLA** y la **UDELAR**.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA- Con el fin de lograr el objetivo de que trata el encabezado de esta cláusula, las participantes cumplirán con el Plan de Trabajo,





que se adjunta al presente Instrumento, elaborado de conformidad con la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA -Para los efectos del presente Acuerdo, se entenderá por institución receptora la participante que reciba a los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos para intercambio en el ámbito de este Instrumento; y por institución de origen la participante de la cual el estudiante, profesor, investigador o técnico administrativo, es participante en el programa de intercambio.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBLIGACIONES

Las participantes acuerdan promover intercambios entre los estudiantes, profesores investigadores y técnicos administrativos de las respectivas instituciones, oportunidad en la que aquellos cumplirán las actividades establecidas en el Plan de Trabajo.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Las participantes, como institución receptora, deberán enviar a la oficina correspondiente de la institución de origen, al final de la estancia del estudiante, un documento oficial, especificando las actividades desarrolladas y la evaluación recibida, en su caso.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA- Las participantes se comprometen a fomentar la integración de los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos en la vida académica de la institución receptora, así como a prestar apoyo, a través de sus respectivos Directorios de Relaciones Internacionales, incluida la asistencia en la búsqueda por vivienda, orientación y apoyo académico.

CLÁUSULA TERCERA - INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES

Los estudiantes serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios de esa institución, observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA- Los estudiantes pagarán todas las tasas de matrícula y la mensualidad en su institución de origen y no se cobrarán tasas, de cualquier orden, en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA- El pago de cualquier otra actividad que no sea de un curso regular ofrecido por la institución receptora será de responsabilidad del propio estudiante.





SUB-CLÁUSULA TERCERA- Los estudiantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento y alimentación, así como serán responsables por sus gastos de viaje y otros gastos de subsistencia.

SUB-CLÁUSULA CUARTA- Los estudiantes deben someterse a los reglamentos y otros procedimientos académicos existentes en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA QUINTA- Inicialmente, el número de estudiantes de intercambio será decidido de común acuerdo entre las dos instituciones, al inicio de cada período lectivo.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Está prohibido el intercambio a los estudiantes de graduación de la UFLA que:

- a) no hayan concluido al menos el 10% de la carga horaria total de su matriz curricular;
- b) se encuentren en una fase de pasantía obligatoria; y
- c) Estén matriculados en el último semestre lectivo, cuando éste signifique el cumplimiento del tiempo máximo de integralización.

SUB-CLÁUSULA SÉPTIMA - A cada año, las participantes definirán los aspectos del intercambio, tales como las áreas, cursos, períodos académicos, entre otros, a través de un Plan de Trabajo específico.

SUB-CLÁUSULA OCTAVA - Los estudiantes deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y válida por el periodo de estudios en el país de acogida. La responsabilidad de contratar ese seguro será de los propios estudiantes.

SUB-CLÁUSULA NOVENA - Los estudiantes deberán tener el correspondiente visado válido por el período de estudios en el país de acogida.

SUB-CLÁUSULA DÉCIMA - Las participantes, como institución de origen, reconocerán los logros académicos obtenidos por los estudiantes en la institución receptora, basado en plan de trabajo acordado previamente entre las participantes y en sus créditos y/o carga horaria.

CLÁUSULA CUATRO - INTERCAMBIO DE PROFESORES, INVESTIGADORES Y TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Los profesores, investigadores y técnicos administrativos interesados en participar en el intercambio regulado por la presente Cláusula serán seleccionados





en su institución de origen, de conformidad con los criterios establecidos por la misma y observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA- El intercambio de profesores, investigadores y técnicos administrativos se llevará a cabo de conformidad con lo dispuesto en el Plan de Trabajo específico, adjunto al presente Instrumento, definido de común acuerdo entre las participantes, conteniendo las actividades, los periodos, la financiación, la coordinación, entre otros aspectos.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA- Los profesores, investigadores y técnicos administrativos participantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento y serán responsables por sus gastos de viaje y por sus gastos de subsistencia, a menos que estos gastos estén incluidos en la beca concedida en virtud de la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA TERCERA- Los profesores, investigadores y técnicos administrativos deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y válida durante el periodo de su estancia en el país de acogida. La responsabilidad por la contratación del seguro será de los propios profesores, investigadores y técnicos administrativos.

SUB-CLÁUSULA CUARTA- Los profesores, investigadores y técnicos administrativos deberán tener el correspondiente visado válido por la duración de su estancia en el país de acogida.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDAD CIVIL

La institución receptora no asumirá la responsabilidad civil, judicial o extrajudicial con relación a cualquier evento dañoso que pueda afectar a los estudiantes, profesores investigadores y/o técnicos administrativos que participen en los programas de intercambio, sean estos delitos, infracciones, accidentes o enfermedades de cualquier tipo.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA - La responsabilidad civil prevista como consecuencia de delitos o de hechos dañosos o culposos que puedan ser cometidos por funcionarios o empleados de la institución receptora, no será alcanzada por la exclusión de la responsabilidad establecida en el *encabezado* de esta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - SUPERVISIÓN

Las participantes designarán a sus respectivas oficinas de relaciones internacionales como supervisores de las actividades resultantes de este Instrumento.





CLÁUSULA SIETE - COORDINACIÓN

Dentro del ámbito de la **UFLA**, la coordinación ejecutiva y administrativa del intercambio de estudiantes de graduación estará a cargo del Directorio de Relaciones Internacionales y la coordinación académica estará a cargo de un docente de la **UFLA** específicamente designado. Dentro del ámbito de **UDELAR**, la coordinación del intercambio de estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos estará a cargo del Servicio de Relaciones Internacionales-Departamento de Movilidad.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA- Toda y cualquier cuestión derivada de la aplicación e interpretación de este Instrumento será presentada, en primera instancia, a la discreción de los respectivos coordinadores, quienes deberán hacer esfuerzos para superar las diferencias planteadas.

CLÁUSULA OCHO - PROPIEDAD INTELECTUAL

Cualquier invención, mejora o innovación tecnológica, la obtención de un producto o proceso, incluyendo el derecho de explotación económica de obras científicas o literarias, resultantes de las acciones desarrolladas en virtud del presente Acuerdo estarán sujetos a instrumento específico, respetando, en todo caso, las disposiciones legales aplicables.

CLÁUSULA NUEVE - RECURSOS FINANCIEROS

Este instrumento no implica compromisos financieros entre las participantes. El pago de los costos inherentes a las actividades eventualmente acordadas estará a cargo de cada una de las participantes.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA- Está prohibida la indemnización de una participante a la otra así como la transferencia de fondos entre sí.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECIPROCIDAD

Cada participante proporcionará a los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos que la visiten, un tratamiento similar al dispensado a los suyos, haciendo posible el acceso a los servicios necesarios y el reconocimiento de los estudios realizados en otra institución dentro de los límites de la ley vigente en ambos países.

CLÁUSULA UNDÉCIMA - PLAZO





El plazo de vigencia de este Instrumento es de 5 años, a partir de la fecha de su última firma y podrá prorrogarse, por un mismo período, con antelación de un mínimo de treinta (30) días de la fecha de vencimiento, por nuevo acuerdo entre las partes.

CLÁUSULA DUODÉCIMA - MODIFICACIONES

El presente Acuerdo podrá ser modificado, excepto en cuanto a su objeto, mediante la formalización de un instrumento jurídico específico por las participantes.

CLÁUSULA DÉCIMO TERCERA - TERMINACIÓN

Cualquiera de las participantes podrá terminar este Instrumento a cualquier momento e independientemente de una causa justa, bajo la condición de que comunique a la otra o parte su intención con por lo menos 60 (sesenta) días, y cumpla con los beneficios o ventajas obtenidos anteriormente y asuma las responsabilidades de las obligaciones durante su respectiva duración.

CLÁUSULA DÉCIMO CUARTA - RESCISIÓN

Constituye causa de rescisión del presente Acuerdo de Cooperación Internacional el incumplimiento de cualquiera de los términos acordados aquí.

CLÁUSULA DÉCIMO QUINTA - CASOS OMISOS

Los casos omisos serán resueltos de común acuerdo entre las participantes, y podrán ser firmados, en su caso, los términos adicionales que serán parte integrante del presente Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMO SEXTA - PUBLICIDAD

Corresponderá a la **UFLA** publicar el extracto de este Instrumento en el *Diario Oficial* de la Unión dentro del plazo establecido en el párrafo único del artículo 61 de la Ley ^{Nº} 8.666/93, así como en su Boletín Interno.

SUB-CLÁUSULA- La **UDELAR** publicará el presente Instrumento, de conformidad con las leyes del Uruguay.

CLÁUSULA DÉCIMO SÉPTIMA - FUERO

Para resolver las dudas que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente Acuerdo, las partes se esforzarán en la búsqueda de una solución consensuada.





UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI
 Fono (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

No siendo posible, las convenientes indicarán, de común acuerdo, un tercero, persona física especialista en solución amistosa de conflictos internacionales, para actuar como mediador y dirimir las controversias con base en la legislación de ambos países involucrados. Se acuerda que el lugar de evento del litigio o, habiendo obligación a ser cumplida, el lugar de su cumplimiento, definirá el derecho aplicado y el tribunal competente.

Y por lo tanto, ser justo y acordes, las partes firman el presente instrumento en cuatro (4) copias de idéntico contenido y forma, dos vías en portugués y dos en español, para el mismo efecto legal, en presencia de dos testigos instrumentales abajo suscritos.

p/UFLA

Lavras, Brasil, de de 20 20 de outubro de 2021

Antonio Chalfun Junior
Director de Relaciones Internacionales

p/UDELAR

Montevideo, Uruguay, de de 20

ALVARO HUGO
 RICO
 FERNANDEZ
 Firmado digitalmente por
 ALVARO HUGO RICO
 FERNANDEZ
 Fecha: 2021.09.06 14:42:55
 -03'00'

Álvaro Rico
**Presidente del Servicio de
 Relaciones Internacionales**

TESTIGOS

Nombre: Noelly Alves Lopes

Documento:

CPF: [REDACTED]

Nombre: Pedro Ivo Diniz

Documento: [REDACTED]



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA
DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
 Telefone: +55 (35) 3829-1858 – E-mail: dri@ufla.br



**UNIVERSIDAD
DE LA REPÚBLICA
URUGUAY**

PLANO DE TRABALHO I - DADOS CADASTRAIS

TIPO DE INSTRUMENTO

ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

PARTÍCIPE 1

1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO Partícipe	2. RAZÃO SOCIAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	3. CNPJ/MF 22.078.679/0001-74	
4. ENDEREÇO DA SEDE (AV., RUA, Nº, BAIRRO) Campus Universitário da UFLA			
5. CIDADE/ESTADO Lavras/MG	6. CEP 37.200-900	7. TELEFONE (35) 3829-1502	8. FAX (35) 3829 1502
9. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Antonio Chalfun Júnior			10. CPF/MF [REDACTED]
11. IDENTIDADE [REDACTED]	12. CARGO Diretor de Relações Internacionais	13. DATA VENC. MANDATO 30/05/2024	
14. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) dri@ufla.br			15. MATRÍCULA SIAPE [REDACTED]
17. NOME DO COORDENADOR Kleber Tüxen Carneiro Azevedo			18. CPF [REDACTED]
19. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) [REDACTED]			20. MATRÍCULA SIAPE [REDACTED]

PARTÍCIPE 2

1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO Partícipe	2. RAZÃO SOCIAL UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA DEL URUGUAY		
4. ENDEREÇO DA SEDE (AV., RUA, Nº, BAIRRO) Av. 18 de Julio 1824			
5. CIDADE/ESTADO Montevideo, Uruguay	6. C POSTAL 11200	7. TELEFONE +598 2408 4821	8. FAX +598 2408 4821
9. NOME DO REPRESENTANTE Álvaro Rico		10. IDENTIDADE [REDACTED]	11. ÓRGÃO EXPEDIDOR DNIC
12. CARGO Diretor do Serviço de Relações Internacionais		13. DATA VENC. MANDATO	
14. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) sri@internacionales.udelar.edu.uy			
15. NOME DO COORDENADOR			
16. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)			

II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

1. TÍTULO

Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional entre a **Universidade Federal de Lavras (UFLA)** e a **Universidad de la República del Uruguay (UDELAR)**.

2. BASE LEGAL

Este plano de trabalho, referente ao Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional celebrado entre a **UFLA** e **UDELAR**, justifica-se na medida em que atinge a pluralidade de significados atribuídos ao "interesse público", como o interesse pessoal de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que agem como "participantes de uma comunidade maior a qual pertencem". Neste caso, refere-se ao interesse dos alunos, docentes e pesquisadores em se beneficiar do intercâmbio entre as partes.

Interesse público também está ligado ao interesse do Estado como Administração Pública, e, de igual modo, incluído nesta proposta que converge com o interesse da UFLA como membro especial da autoridade de Administração Indireta da União para intensificar a sua política de internacionalização.

Finalmente, destaca-se ainda a interpretação do interesse público relacionado com a garantia dos direitos fundamentais, entre os quais os direitos sociais. O acordo proposto é, a partir dessa perspectiva, relevante, uma vez que afeta interesses relacionados com a educação (direitos sociais consagrados no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), permitindo iniciativas de formação e produção de conhecimento.

O presente Plano de Trabalho seguirá, no que compreender os ditames da Lei Brasileira nº 8.666/93, principalmente no que se refere ao Artigo 116.

3. OBJETO DO INSTRUMENTO

Objetiva-se o estabelecimento de uma parceria internacional que permita a cooperação técnica, científica, educacional e cultural entre **UFLA** e **UDELAR**, a fim de desenvolver atividades relacionadas ao ensino, investigação e extensão em áreas de interesse mútuo entre os participantes. Os objetivos desse projeto estão relacionados com as metas fundamentais de estabelecimento de uma cooperação acadêmica, científica e cultural entre as Universidades no âmbito dos cursos em comum.

4. PERÍODO DE EXECUÇÃO

INÍCIO:	TÉRMINO:
Data da assinatura do Acordo de Cooperação Acadêmica.	5 anos após a assinatura do Acordo de Cooperação Acadêmica.

5. OBJETIVOS

Promoção de mobilidades entre a **UFLA** e a **UDELAR** a fim de enviar e receber alunos e docentes das mais diversas áreas de estudo e de pesquisas, para que resultem no aprimoramento das suas habilidades intelectuais e técnicas dos discentes e docentes.

6. RESULTADOS ESPERADOS (ESPECIFICAR)

Aumento da internacionalização da UFLA por meio das mobilidades acadêmicas, formação de profissionais capacitados internacionalmente em virtude da realização de intercâmbio, contribuição com os programas Brother UFLA e Idiomas sem Fronteiras por parte dos discentes egressos das mobilidades e dos discentes internacionais em mobilidade na UFLA.

III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPA / FASE	META 1	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
I	Estabelecimento do número de estudantes e docentes para o semestre.	Contato entre as instituições, estabelecimento do número de estudantes e docentes, bem como as condições para as mobilidades, tais como período de nomeação e requisitos.	Ano 1	Ano 2
ETAPA / FASE	META 2	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
II	Mobilidade estudantil e docente.	Realizar a nomeação e mobilidade estudantil e docente entre as instituições.	Ano 1	Ano 2
ETAPA / FASE	META 3	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término

III	Informe e análise da mobilidade.	As universidades avaliarão os resultados das mobilidades e a continuação da cooperação.	Ano 2	Ano 2
ETAPA / FASE	META 4	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
IV	Novos ciclos de mobilidade.	Novo contato para o estabelecimento das próximas mobilidades.	Ano 2	Ano 5
ETAPA / FASE	META 5	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
V	Atividades de cooperação em investigação conjunta.	Contato entre as universidades para definição de áreas comuns de interesse para investigação conjunta.	Ano 1	Ano 5

IV – DECLARAÇÕES

1. DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA UFLA

Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado pelos órgãos competentes da **UFLA**.

Downloaded by:

ANTONIO CHARRUN JUNIOR

Antonio Charrun Junior

SIAPE

CPF/MF

20 de outubro de 20

DATA

2. DECLARAÇÃO DO COORDENADOR NA UFLA

Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado por mim.

Downloaded by:

KLEBER TUXEN CARNEIRO AZEVEDO

Kleber Tuxen Carneiro Azevedo

SIAPE

CPF/MF

20 de outubro de 20

DATA

3. DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE NA UDELAR

Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado pelos órgãos competentes da **UDELAR**.

ALVARO HUGO
RICO FERNANDEZ

Firmado digitalmente por
ALVARO HUGO RICO
FERNANDEZ
Fecha: 2021.09.07 15:00:52
-03'00'

Álvaro Rico

Nº identidade

DATA

4. DECLARAÇÃO DO COORDENADOR NA UDELAR

Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado por mim.

Nº identidade

DATA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES

Fone/Fax: (35) 3829-1888 – E-mail: dri@ufla.br



**UNIVERSIDAD
DE LA REPÚBLICA
URUGUAY**

PLAN DE TRABAJO

I – DATOS CATASTRALES

TIPO DE INSTRUMENTO:

ACUERDO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA

INTERVINIENTE 1

1. TIPO Participante	2. RAZÓN SOCIAL UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS		3. CNPJ/MF 22.078.679/0001-74
4. DOMICILIO DE LA SEDE (AVDA., CALLE, N.º, BARRIO): <i>Campus Universitario de la UFLA</i>			
5. CIUDAD/ESTADO Lavras / MG	6. C. POSTAL 37.200-900	7. TELÉFONO (35) 3829-1502	8. FAX (35) 3829 1502
9. NOMBRE DEL REPRESENTANTE LEGAL Antonio Chalfun Júnior			10. CPF/MF [REDACTED]
11. IDENTIDAD [REDACTED]	12. ÓRGANO EXPEDIDOR SSP/MG	13. CARGO Director de Relaciones Internacionales	
15. DIRECCIÓN ELECTRÓNICA (E-MAIL) dri@ufla.br			14. FECHA TÉRMINO MANDATO 30/05/2024
17. NOMBRE DEL COORDINADOR Kleber Tüxen Carneiro Azevedo			16. MATRÍCULA SIAPE [REDACTED]
19. DIRECCIÓN ELECTRÓNICA (E-MAIL) [REDACTED]			20. CPF [REDACTED]
			21. MATRÍCULA SIAPE [REDACTED]

PARTÍCIPE 2

1. TIPO Participante	2. RAZÓN SOCIAL UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA		
3. DOMICILIO DE LA SEDE (AVDA., CALLE, N.º, BARRIO): Av. 18 de Julio 1824			
4. CIUDAD/ESTADO Montevideo, Uruguay	5. C POSTAL 11200	6. TELÉFONO +598 2408 4821	7. FAX +598 2408 4821
8. NOMBRE DEL REPRESENTANTE Álvaro Rico		9. IDENTIDAD [REDACTED]	10. ÓRGANO EXPEDIDOR DNIC
11. CARGO Presidente del Servicio de Relaciones Internacionales		12. FECHA TÉRMINO MANDATO	
13. DIRECCIÓN ELECTRÓNICA (E-MAIL) sri@internacionales.udelar.edu.uy			
14. NOMBRE DEL COORDINADOR			
15. DIRECCIÓN ELECTRÓNICA (E-MAIL)			

II – CARACTERIZACIÓN DE LA PROPUESTA

1. TÍTULO DEL PROYECTO

Convenio Marco de Colaboración Internacional entre la **Universidade Federal de Lavras (UFLA)** y la **Universidad de la República (UDELAR)**.

2. FUNDAMENTO LEGAL

Este Plan de Trabajo, relativo al Acuerdo de Cooperación Académica Internacional suscrito entre la **UFLA** y la **UDELAR** se justifica en la medida en que alcanza la pluralidad de significados asignados al "interés público" como el interés personal de un individuo o de un grupo de individuos que actúan como "participantes de una comunidad

más grande a la cual pertenecen". En este caso, se refiere al interés de los alumnos e investigadores en beneficiarse del intercambio entre los participantes.

El interés público también está conectado al interés del Estado como Administración Pública, y además está incluido en esta propuesta que converge con el interés de la UFLA como miembro especial de autoridad de Administración Indirecta de la Unión en la intensificación de su política de internacionalización.

Finalmente, se destaca asimismo la interpretación del interés público relacionado a la garantía de los derechos fundamentales, entre los cuales, los derechos sociales. El Acuerdo propuesto es, a partir de esa perspectiva, relevante, una vez que afecta intereses relacionados con la educación (derechos sociales consagrados en el artículo sexto (6) de la Constitución de la República Federativa de Brasil de 1988), facilitando iniciativas de formación y producción de conocimiento.

El presente Plan de Trabajo seguirá, en lo que compete, a los dictados de la Ley Brasileña 8.666/93, en especial el artículo 116.

3. OBJETO DEL INSTRUMENTO FORMAL	4. PERIODO DE EJECUCIÓN	
Establecimiento de una alianza internacional para permitir la cooperación técnica, científica, educacional y cultural entre la UFLA y la UDELAR , a fin de desarrollar actividades relacionadas a la enseñanza, investigación y extensión en áreas de interés mutuo entre las participantes. Los objetivos de este proyecto están relacionados con las metas fundamentales de establecimiento de una cooperación académica, científica y cultural entre las Universidades, en todos los campos de interés.	Desde la fecha de la última firma del Acuerdo de Cooperación Académica.	TÉRMINO: 5 años después de la fecha de la última firma del Acuerdo de Cooperación Académica.

4. OBJETIVOS DEL PLAN
Promoción de movilidades entre la UFLA y la UDELAR , a fin de enviar y recibir alumnos, profesores y gestores de los más diversos campos de estudio e investigación, para que resulte en la mejora de sus habilidades intelectuales y técnicas en sus respectivas áreas.

5. RESULTADOS ESPERADOS
Ampliación de la internacionalización de la UFLA por medio de las movilidades académicas; formación de profesionales capacitados internacionalmente en virtud de la realización del intercambio y contribución con los programas "Brother UFLA" e "Idiomas sem Fronteiras" por parte de los estudiantes egresos de las movilidades y de los estudiantes internacionales en movilidad en la UFLA.

III – CRONOGRAMA DE DESARROLLO DE LAS ACTIVIDADES DEL PLAN DE TRABAJO

ETAPA / FASE	META 1	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			Inicio	Término
I	Definición del número de estudiantes y profesores que podrán realizar intercambio en el año lectivo siguiente.	Contacto entre las instituciones, establecimiento del número de estudiantes y condiciones de la movilidad, tales como periodo de nombramiento y requisitos.	Año 1	Año 2
ETAPA / FASE	META 2	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			Inicio	Término
II	Intercambio de los estudiantes y profesores.	Proceso selectivo, nombramiento e instrucciones a los estudiantes.	Año 1	Año 2
ETAPA / FASE	META 3	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			Inicio	Término
III	Informe y análisis de la movilidad.	Las universidades evaluarán los resultados de las movilidades y la continuación de la cooperación.	Año 2	Año 2
ETAPA / FASE	META 4	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			Inicio	Término
IV	Nuevos ciclos de movilidades.	Nuevo contacto para el establecimiento de las próximas movilidades.	Año 2	Año 5
ETAPA / FASE	META 5	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			Inicio	Término
V	Actividades de cooperación en investigación conjunta.	Contacto entre las universidades para definición de áreas comunes de interés para investigación conjunta.	Año 1	Año 5

IV – DECLARACIONES

1. DECLARACIÓN DEL REPRESENTANTE LEGAL EN LA UFLA

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por los Órganos Competentes dentro de la institución UFLA.

DocuSigned by:

 72688FA42567485

20 de outubro de 2021

Prof. Antonio Charrán Júnior

SIAPE

CPF/MF

FECHA

2. DECLARACIÓN DEL COORDINADOR EN LA UFLA

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por mi.

DocuSigned by:

 8F2CAF1F786F484

20 de outubro de 2021

Kleber Tuxen Carneiro Azevedo

SIAPE

CPF/MF

FECHA

3. DECLARACIÓN DEL REPRESENTANTE EN LA UDELAR

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por los Órganos Competentes dentro de la institución UDELAR.

ALVARO HUGO

RICO

FERNANDEZ

Firmado digitalmente por

ALVARO HUGO RICO

FERNANDEZ

Fecha: 2021.09.07 14:59:40

-03'00'

IDENTIDAD

FECHA

4. DECLARACIÓN DEL COORDINADOR EN LA UDELAR

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por mi.

IDENTIDAD

FECHA